

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**
2 **(CIB) SANTA CATARINA**

3 ATA Nº 02/2013

4 Ao vigésimo sétimo dia do mês de março de dois mil e treze, às quatorze
5 horas, no Centro de Atenção à Terceira Idade – CATI, localizado na Avenida
6 Acioni Souza Filho, São José/SC, realizou-se Reunião Plenária
7 Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social
8 (CIB/SC) sob a coordenação de Eleudemar Ferreira Rodrigues, com a
9 presença dos seguintes membros: representantes da SST/SC – Simone
10 Cristina Vieira Machado, Fabiana Vieira, Kátia Ribeiro Freitas, Valéria
11 Medeiros, Jerônimo Luiz Duarte Maia, e representantes do Colegiado
12 Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS) –
13 Oclides Gonçalves Rodrigues (Imaruí), Irene Ferrari Guarda (Cerro Negro),
14 Claudete Maria Fabiani (São Miguel D’oeste), Beatriz Ribeiro dos Santos
15 (Caçador), Maria Jussara Pamplona (Itajaí), Alessandro Balbi Abreu
16 (Capital). Ainda estavam presentes, a presidente interina do
17 COEGEMAS/SC, Ana Cláudia da Silveira Quege, gerentes da SST/SC,
18 gestores e técnicos municipais e representantes da câmara técnica, cuja
19 lista de presença segue anexa. O coordenador iniciou a reunião desejando
20 boas vindas aos membros da CIB e a todos os presentes. Em seguida, a
21 secretária executiva, Liliane Sena, efetuou a leitura da ata da reunião
22 anterior, que após lida, foi aprovada pelos membros presentes. Dando
23 continuidade, o coordenador apresentou a ordem do dia. Em discussão, foi
24 solicitada a alteração do item “Cofinanciamento estadual construções de
25 equipamentos (CRAS, CREAS e Centros Dia) – recursos BNDES” para
26 “Apresentação de critérios para seleção de municípios para construções de
27 equipamentos (CRAS, CREAS e Centros Dia) – Recursos BNDES”, e a
28 inclusão dos seguintes itens: “Proposta de criação de comissão para discutir
29 o reordenamento de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos” e
30 “Prazos e procedimentos para cofinanciamento de serviços de proteção
31 social especial de média e alta complexidade”. Após, a ordem do dia foi
32 aprovada pelos membros da mesa: **1º Cofinanciamento Estadual**
33 **Benefícios Eventuais 2013**. A analista técnica da SST/SC, Camila Nélsis,
34 apresentou a proposta de critérios, estratégias e procedimentos de repasse
35 de recursos estaduais para o cofinanciamento estadual de benefícios
36 eventuais. Lembrou que, conforme prevê a Lei Orgânica de Assistência
37 Social, o Conselho Estadual de Assistência Social, em 15 de março de 2013,
38 aprovou a destinação de recursos financeiros aos municípios, a título de
39 participação no custeio dos Benefícios Eventuais para o exercício de 2013,
40 resolvendo estabelecer os mesmos critérios já definidos no ano anterior,
41 mas dispondo sobre o piso mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para

42 cofinanciamento estadual. Ainda resolveu que os critérios de partilha
43 permanecerão os mesmos até que o valor total do cofinanciamento seja o
44 dobro do atual que é de R\$ 1.400,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) ou
45 por necessidade fundamentada de revisão. Após discussão, a comissão
46 decidiu pactuar somente as estratégias, prazos e procedimentos de repasse
47 de recursos para este cofinanciamento, levando em consideração os
48 critérios de partilha estabelecidos pelo CEAS, ficando estabelecido que a
49 partir da publicação da Resolução da CIB, a SST comunicará o
50 procedimento para repasse de recursos financeiros aos municípios por meio
51 de ofícios e emails destinados ao Prefeito Municipal e ao gestor municipal da
52 assistência social, e o Prefeito Municipal deverá oficializar o aceite em 15
53 (quinze) dias úteis a partir da data do ofício expedido pela SST. Resolve que
54 o município terá 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, a partir da data da
55 publicação da Resolução da CIB, para a entrega da documentação completa
56 na Gerência de Contratos e Convênios da SST. O coordenador informou que
57 na próxima reunião será apresentado o Cronograma de Desembolso para
58 este cofinanciamento. **2º Pactuação de habilitação para gestão básica do
59 SUAS do município de Pinheiro Preto.** A analista técnica da SST, Letícia
60 Martins, apresentou o resultado da análise do processo de Pinheiro Preto,
61 recomendando a pactuação com as seguintes ressalvas e considerações:
62 que o Estado preste apoio técnico ao município para o aprimoramento da
63 gestão e a organização dos serviços, programas, projetos e benefícios
64 socioassistenciais, considerando as recomendações da Câmara Técnica da
65 CIB; indicar que o Estado solicite ao Conselho Estadual de Assistência
66 Social – CEAS e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
67 Adolescente – CEDCA, respectivamente, a prestação de apoio e orientação
68 para aprimoramento da organização e funcionamento do Conselho Municipal
69 de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
70 Adolescente – CMDCA. Após, os membros pactuaram a referida habilitação.
71 **3º Apresentação de critérios para seleção de municípios para
72 construções de equipamentos (CRAS, CREAS e Centros Dia) –
73 Recursos BNDES.** O coordenador fez uma breve retrospectiva das
74 pactuações dos anos anteriores referentes a construções de equipamentos
75 sociais (CRAS, CREAS e Centros Dia) com recursos do Fundo Estadual de
76 Assistência Social – FEAS, e não efetivadas, ressaltando a importância de
77 considerar os municípios classificados nestas resoluções para a construção
78 de equipamentos sociais com recursos do BNDES por meio do Pacto Por
79 Santa Catarina. Sendo assim, a gerente da SST, Kátia Ribeiro Freitas,
80 apresentou as seguintes propostas: a) Alteração e revogação de dispositivos
81 da Resolução nº 03, de 15 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre fonte de
82 recursos e procedimentos para aquisição de equipamento de Proteção

83 Social Especial de Média Complexidade. B) Alteração e revogação dos
84 dispositivos da Resolução nº 08, de 21 de março de 2012, que dispõe sobre
85 fonte de recursos e procedimentos para aquisição de Centros Dia. Dessa
86 forma, os municípios elencados nestas duas resoluções estarão
87 classificados para construção de equipamentos com recursos do BNDES.
88 Na ocasião, os membros da Câmara Técnica, Loreci Glau e Maria Eunice,
89 falaram da importância da SST ter repassado com antecedência as
90 propostas de revisão das resoluções anteriores e das novas resoluções para
91 ter subsidiado as discussões do COEGEMAS no período da manhã. O
92 coordenador reforçou o papel de assessoria da câmara técnica quando a
93 CIB achar necessário o seu subsídio. Ainda destacou a importância de
94 aperfeiçoar o fluxo de encaminhamentos entre CIB e Câmara Técnica. Após,
95 a Presidente Interina do COEGEMAS, Ana Claudia Quege, destacou que
96 alguns municípios irão ser contemplados com mais de um equipamento, e
97 que seria importante considerar este critério. Loreci Glau, membro da
98 Câmara Técnica, ressaltou a necessidade da CIB refletir se a lógica que irá
99 direcionar os estudos dos critérios de partilha será a da necessidade ou da
100 meritocracia quanto ao aprimoramento da gestão e dos serviços. O
101 coordenador solicitou que a Câmara Técnica estude critérios levando em
102 conta os municípios que já foram contemplados, visando uma distribuição de
103 equipamentos e serviços mais equânime. Dando sequência, Kátia Freitas,
104 apresentou as propostas de resoluções que dispõem sobre seleção de
105 municípios aptos a receberem os equipamentos CRAS, CREAS e Centros
106 Dia: c) Seleção de municípios aptos a receberem os equipamentos de CRAS
107 - Pactuar a quantidade de municípios que estão aptos a receber os
108 equipamentos de CRAS para os Serviços de Proteção Social Básica, na
109 forma que segue: 14 (quatorze) construções de CRAS, dentre os 51
110 municípios pactuados no ano de 2010, sendo 01 para municípios de Grande
111 Porte, 01 (um) para municípios de médio porte, 03 (três) para municípios de
112 Pequeno Porte II e 09 (nove) para municípios de Pequeno Porte I, conforme
113 memória de cálculo e a classificação dos municípios constantes nos anexos
114 da Ata da CIB 01 de 15 de Fevereiro de 2012; 22 (vinte e duas) construções
115 de CRAS, dentre os 51 municípios pactuados no ano de 2010, sendo 01
116 (uma) para município de Grande Porte, 01 (uma) para municípios de médio
117 porte, 04 (quatro) para municípios de Pequeno Porte II e 16 (dezesesseis) para
118 municípios de Pequeno Porte I, conforme memória de cálculo e a
119 classificação dos municípios constantes nos anexos da Ata da CIB 01 de 15
120 de Fevereiro de 2012; 4 (quatro) construções de CRAS, dentre os 51
121 municípios pactuados no ano de 2010, sendo 03 municípios de Pequeno
122 Porte I e 01 município de Pequeno Porte II, conforme lista de espera. d)
123 Seleção de municípios aptos a receberem os equipamentos de CREAS -

124 Pactuar os critérios para seleção de 13 (treze) municípios aptos a receber a
125 construção de CREAS, da seguinte forma: Os municípios que responderam
126 ao Censo SUAS 2012, declarando não possuírem nenhum imóvel próprio e
127 exclusivo para o CREAS, ou seja, aqueles que possuem somente imóvel
128 alugado/cedido e/ou aqueles que compartilham espaço com outros órgãos
129 ou serviços; Não serão relacionados para fins desta seleção os municípios
130 que foram classificados pelo MDS para construção de CREAS em atenção a
131 Resolução CIT N.º7 de 07/10/2011, tenham recebido ou estão em fase de
132 receber os recursos, bem como os listados na Resolução CNAS nº10 de
133 24/04/2012 e na Resolução CIB nº03 de 15/02/2012 ou, ainda, os municípios
134 contemplados com recursos para construção de CREAS por meio das
135 Secretarias de Desenvolvimento Regional; Os municípios que se encontram
136 dentro dos critérios dispostos nos incisos I e II do presente artigo serão
137 classificados segundo o número de atendimentos, conforme o total de casos
138 acompanhados pelo CREAS no ano de 2011, segundo Censo SUAS 2012,
139 proporcional a população do município, conforme dados do Censo
140 IBGE/2010; Em ocorrendo empate entre municípios, o critério de desempate
141 será o IDH municipal. e) Seleção de municípios aptos a receberem os
142 equipamentos de Centros Dias - Pactuar os critérios para seleção de 8 (oito)
143 municípios para recebimento de equipamentos de Centros Dias, da forma
144 que segue: Possuir CREAS instalado, conforme Censo SUAS 2012; Ter
145 implantado e em funcionamento o Conselho Municipal do Idoso; Maior
146 número de idosos proporcionalmente ao número de habitantes, conforme
147 dados do IBGE 2010; Maior número de registro de ocorrências de violências
148 domésticas perpetradas contra a pessoa idosa em 2011, cuja relação foi
149 disponibilizada pelas Delegacias de Polícia Civil; Maior número de casos
150 acompanhados pelo CREAS, segundo Censo SUAS 2012, relacionados às
151 pessoas idosas em situação de violência intrafamiliar e ou em situação de
152 negligência ou abandono. No termo de adesão do equipamento de centro
153 dia, cabe ao gestor garantir equipe de referência, conforme nota técnica CIB
154 nº 01/2012. Que a Base de Cálculo utilizada para seleção dos municípios é a
155 seguinte: Peso 0,4 para proporção da população idosa em relação aos
156 habitantes do município; Peso 0,6 para a soma de registros de violências
157 contra idoso da Polícia Civil e o número de pessoas idosas em
158 acompanhamento pelo CREAS. A SST/SC comunicará oficialmente aos
159 municípios selecionados sobre os procedimentos e prazos, conforme
160 exigências legais. Na ocasião, Jêronimo, gerente de planejamento da SST,
161 propôs especificar o número da fonte de recursos do BNDES nas
162 resoluções. O coordenador informou que as orientações sobre
163 documentação e o status dos municípios estão no portal da SST. Após
164 discussão, as propostas foram pactuadas. **4º Proposta de criação de**

165 **comissão para discutir o reordenamento de serviços de convivência e**
166 **fortalecimento de vínculos.** Loreci Glau, representante da Câmara
167 Técnica, apresentou solicitação do COEGEMAS sobre a necessidade de
168 aprofundar o tema referente aos serviços de convivência e fortalecimento de
169 vínculos visando subsidiar os municípios no reordenamento destes serviços.
170 Valéria Medeiros, gerente de Proteção Social Básica da SST se
171 comprometeu em entrar em contato com o MDS e iniciar as discussões
172 sobre o tema enquanto secretaria. A comissão acordou em instituir, na
173 próxima reunião da CIB, Câmara Técnica específica sobre o tema, definindo
174 sua composição, forma de organização e funcionamento. **5° Prazos e**
175 **procedimentos de cofinanciamento de serviços de Proteção Social**
176 **Especial de média e alta complexidade.** Maria Jussara, gestora de Itajaí,
177 informou que alguns municípios não receberam ofício da SST sobre este
178 cofinanciamento, e solicitou prorrogação de prazo, já que o prazo tornou-se
179 curto. Disse ainda que, os municípios que receberam o ofício, informaram
180 que não constava nele a relação de documentos. Na ocasião, Simone
181 Machado, diretora de assistência social da SST, informou que os ofícios
182 foram encaminhados pelo gabinete da SST, e que o CEAS deliberou novos
183 prazos para entrega de documentos. Após discussão, a comissão decidiu
184 ratificar o prazo estabelecido pelo CEAS. Na oportunidade, o coordenador
185 informou que irá publicar as informações no portal da SST, e que a
186 secretaria irá melhorar o processo de comunicação com os municípios. **6°**
187 **Informes.** A Câmara Técnica destacou a importância de divulgação das
188 capacitações do Plano Estadual de Capacitação – PEC SUAS,
189 principalmente a capacitação sobre a elaboração dos planos municipais, já
190 que existe prazo para entrega destes. Na ocasião, o coordenador informou
191 que as capacitações estão em processo de licitação na secretaria. A
192 presidente do COEGEMAS informou sobre a assembleia geral ordinária
193 deste colegiado a ser realizada em 18 de abril de 2013, das 8h às 16h, em
194 Chapecó. Ainda lembrou sobre a reunião do COEGEMAS, em 29 de abril, no
195 período da manhã. Valéria, representante da DIAS/SST informou que serão
196 entregues, após reunião, os questionários do BPC na escola para alguns
197 municípios presentes. O coordenador informou que os próximos itens de
198 pauta na CIB são: pactuação novo regimento interno da CIB, instituição das
199 câmaras técnicas e a proposta de regionalização da assistência social.
200 Lembrou que no link da CIB, no portal da SST, constam os documentos
201 necessários e informações para acompanhar as pactuações da CIB. O
202 coordenador agradeceu a presença da Presidente Interina do COEGEMAS,
203 o acolhimento da secretaria de assistência social de São José, os membros
204 da CIB e demais convidados. Nada mais havendo a tratar, eu Liliâne Sena,
205 secretária executiva da CIB, lavrei a presente ata.